

Universidade Federal de Juiz de Fora
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História
Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

Paloma Juliana Silva

Educação NÃO é mercadoria!
Breves reflexões sobre a educação no Brasil

A educação brasileira não está isolada das problemáticas da sociabilidade do capital. As universidades reproduzem o caráter desigual, elitista, machista, dependente e racista da formação social do Brasil.

No Brasil, a Universidade ‘nasceu’ de forma tardia durante a primeira metade do século XX, para atender aos interesses dos diversos seguimentos das classes dominantes e a demanda por formação dos gestores da direção política do Estado capitalista. A educação pública e gratuita. Enquanto um direito universal e dever do Estado aparecem apenas na Constituição de 1988, justamente num momento de maior efervescência das lutas operárias e populares.

A compreensão elitista, aristocrática de universidade, que se sustenta desde os primeiros cursos de direito e medicina na área urbana e agronomia e medicina veterinária na área rural, permanece até a década de 1960, onde o movimento estudantil formulou uma pauta qualitativamente nova: “Para quê e para quem se faz a Universidade? Os estudantes vão lembrar à universidade que seu conhecimento é necessariamente coletivo e deve voltar aos seus verdadeiros donos, ao conjunto da sociedade.

O sentido da universidade é para a formação de uma elite voltada para a modernização conservadora da sociedade brasileira, a partir das demandas do Capital monopolista com as reformas de 1968.

Na década de 1980, o processo de intensificação das lutas sociais muda as relações de forças existentes de forma qualitativa. Esta mudança repercute nas

Universidades, exige-se a universidade como um espaço público, autônomo e que articule ensino, pesquisa e extensão.

Com o governo de Fernando Henrique Cardoso, começa-se uma série de reformas na universidade de aspectos neoliberais com a presença do imperialismo em pensar programas educacionais com financiamento do FMI, BIRD, Banco Mundial, dentre outros. Imposição imperialista que incentiva a expansão de universidades particulares e corta o financiamento das universidades públicas.

As reformas propostas pelo governo de FHC, determina a não prioridade do Estado na manutenção de serviços como saúde, educação, transporte, sujeitando a facilidade legislativa e fiscal favorável para a iniciativa privada.

Trata-se da inserção de grandes conglomerados de empresas internacionais, os quais definem programas básicos para a educação, tornando-a mais alienante, tecnicista e precária. Com aumento exponencial já em 1997 com 670, para 764 em 1998, em 2003 com 1.652, e no governo Lula em 2006 com 2.022.

A simplificação da estrutura de ensino e os ataques aos currículos dos cursos de graduação é reflexo do empresariado na educação, reduzindo os custos por aluno e tendo baixos gastos com assistência estudantil. Ao mesmo tempo o hiperativismo empresarial, intitulado pela professora Virgínia Fontes como sendo associações sem fins lucrativos produtoras de adequação da população a lógica do capital. Essas associações surgem para captação de recursos externo, submetendo o conhecimento produzido na universidade a prestação de serviços em consultorias para empresas, governos e não o acúmulo necessário para análise da realidade concreta para superação da ordem estabelecida.

Com a falta de investimento público, surgem medidas como o Modelo Capes de avaliação e as Agências públicas de fomento como, FAPESP, Fundação Araucária/PR, CAPES/CNPQ, que limita a pós-graduação das universidades públicas a uma avaliação como condição de acesso ao financiamento.

Programas como FIES, PROUNI e PRONATEC, verdadeiros mecanismos garantidores dos interesses do empresariado da educação, favorecidos pelo renúncia fiscal antes restritas às instituições, associações, filantrópicas, e com a entrada de novos estudantes bancados pelo Estado. Vale destacar que a proposta do PROUNI é uma oportunidade para a inserção de novos estudantes de baixa

renda no ensino superior. Entretanto não é a solução efetiva para os problemas educacionais atuais, sendo esta uma proposta meramente paliativa. A educação brasileira não está isolada das problemáticas da sociabilidade do capital, os estudantes e as estudantes de baixa renda continuam sofrendo o processo de exploração de trabalho, tendo o turno da noite o único horário para estudo. O caso das mulheres mães é mais delicado, já que a realidade das universidades não considera a situação da mulher na sociedade de classe.

A dominação e exploração das mulheres não surgem no capitalismo, mas esse sistema se apropria dessa condição social prévia para auxiliar na sua contínua reprodução. A divisão sexual do trabalho passou por profundas transformações. Se na sociedade primitiva não havia hierarquia na divisão do trabalho, na sociedade de classes a exploração hierarquiza esta relação. Existe o trabalho que produz riquezas para os proprietários, a partir da exploração dos trabalhadores e o trabalho privado de cuidar da casa, da alimentação e dos filhos. Este último é destinado às mulheres, em função de suas características biológicas, como gravidez e amamentação, e por terem sempre se ocupado de tarefas mais próximas da aldeia, como a agricultura e a pecuária, por exemplo.

Nessa nova divisão sexual do trabalho, o que diz respeito à coletividade é tarefa masculina e o que diz respeito à vida privada, à família, a cuidar dos filhos é tarefa feminina. Para garantir a hereditariedade da prole, a mulher passa a ser cerceada, submetida a uma série de opressões. É estabelecida, assim, a exploração da mulher pelo homem.

Outro fenômeno de adequação do ensino superior público às demandas do capital também ocorrem, com os chamados “cursos pagos”. Tais cursos intensificam o processo de privatização “por dentro” da própria universidade pública. Este processo se dá em todos os setores possível, fomentando a criação das “empresas júnior” de capital públicoprivado sobre a máscara do projeto de extensão, numa tentativa clara de expressão despolitizadora do ambiente acadêmico e difusão de ideologia dom “empreendedorismo” como solução para os problemas sociais.

A expansão da ciência e tecnologia, pautada na meritocracia, ranqueamento e competitividade são os principais objetivos do programa de intercâmbio Ciência sem Fronteiras, programa de intercâmbio do governo do PT. Fica clara a

exclusão dos cursos de ciências humanas, focando apenas nos cursos de a e saúde.

O atual modelo avaliativo adotado pelo Brasil é punitivista e ‘meritocrático’, o que não garante a qualidade da educação, ao contrario, a compromete formando seres humanos especialistas em relatores da realidade, comprometendo a relação do sujeito com objeto na compreensão das várias determinações do objeto. “Toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação [a aparência] e a essência das coisas coincidissem imediatamente”. (CAPITAL, livro1. K.Marx)

O ensino à distância tem caído por terra com o discurso da modernização e facilidade, esse modelo tem se mostrado a maximização dos lucros das universidades privadas e a concentração dos gastos nas universidades públicas.

Os governos de FHC, Lula e Dilma tem apostado num pacote do banco Mundial para a educação, o que cada vez mais a torna menos crítica , mais tecnicista e reprodutora da ordem vigente. O novo PNE (Plano Nacional da Educação) vem para consolidar essa política. Em que, cada vez mais os recursos públicos vão para o setor privado da educação. Tenha visto a formação de um dos maiores conglomerados da educação no Brasil, o Kroton-Anhanguera.

Nós estudantes da universidade pública podemos apontar a completa precarização das condições de ensino, pesquisa, permanência e extensão. Na saúde, a presença de gestões privadas nos hospitais universitários e demais unidades de atendimento, como a EBSEH (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares), as OSS (organizações Sociais de saúde) e as OSCIP’s (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), significa a entrega da saúde do trabalhador aos interesses dos laboratórios farmacêuticos e administradores de planos de saúde subjungando por completo o SUS (Sistema Único de saúde) .

Os currículos cada vez menos conseguem articular ensino, pesquisa e extensão de forma crítica. A formação de sujeitos ricos não existe, os mesmo são cada vez mais tecnicistas e com carga menor de formação que estimule uma formação emancipadora. E negado para os sujeitos diante da horrível e mesquinha sociabilidade do capital, o estudo crítico, a reflexão e ampliação de horizontes no estado de coisas é negada a possibilidade de conhecer teoricamente qualquer objeto e respectivamente seu movimento real.

O governo golpista de Michel Temer, a serviço dos patrões, vem realizando um conjunto de medidas antipopulares para favorecer os bancos, o agronegócio e as grandes empresas em geral.

A Medida Provisória que modifica o currículo do ensino médio anunciada no dia 22 de setembro de 2016 pode ser considerada como um dos maiores retrocessos dos últimos 40 anos à educação no Brasil.

A reforma do ensino médio, que reduz as disciplinas de ciências sociais e implanta o tecnicismo, o obscurantismo e a repressão contra o ensino crítico e democrático. O governo Temer se utiliza de sua ilegitimidade e impopularidade para concentrar os golpes contra a classe trabalhadora. Para a juventude e os trabalhadores, sobram motivos para lutar e se organizar!

A MP alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 sem diálogo com a sociedade, a não ser com o Conselho de Secretários Estaduais de Educação, e está na contramão da Conferência Nacional de Educação na qual participaram dezenas de entidades e associações ligadas à educação.

Tendo em vista que a Universidade não está fora da sociedade a Medida Provisória possui um duplo sentido conservador. O primeiro, visa reduzir significativamente o quadro do funcionalismo do magistério e assim promover os ajustes, entenda-se : “cortes” de despesas com os servidores públicos; o segundo sentido é o de promover ataques a disciplinas que sempre incomodaram as elites, tais como a filosofia e a sociologia, que possibilitam uma reflexão mais crítica e questionadora sobre a realidade social e o sentido de nossa existência.

A defesa da universidade pública não deve cair nas redes da democracia pela democracia, os questionamentos e a ação radicalizada deve partir da estrutura, da universidade que queremos. Na educação e formação política no novo tipo de intelectual, a educação popular deve ser forjada com a classe trabalhadora e não para ela. As necessidades dos filhos e filhas da classe trabalhadora devem ser debatidas e fazer da sua opressão e das suas causas objeto de reflexão destes sujeitos culminando em seu engajamento para a luta ,pela sua emancipação.

Educação NÃO é mercadoria! A defesa da educação popular está comprometida com a superação da ordem burguesa. Na luta contra-hegemônica, que se utiliza das contradições existentes do Capital e Trabalho, na institucionalidade, mas que prioriza articulação autônoma da classe trabalhadora e das camadas populares no âmbito da educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital-imperialismo. Teoria e história. Rio de Janeiro, EPSJV, UFRJ, 2010.

MÉSZÁROS, I. A educação para além do capital. 1930; tradução de Isa Tavares – SP. Boitempo, 2005.

OURIQUES, Nildo. O colapso do figurino francês: crítica as ciências sociais no Brasil. Florianópolis: Insular, 2015.